

ATA DA 34ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS, REALIZADA EM BRASÍLIA/DF

Local: Mini-auditório da SRH, SGAN Q 601, Lote 1, Ed. Sede da CODEVASF, 4º andar Brasília/DF. CEP: 70830-901.

Data: 27 de maio de 2004.

Início: 10:15h

Término: 17:25h

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)

Ministério do Meio Ambiente – ANA: Marco Antônio Félix (marcofelix@ana.gov.br)

Ministério dos Transportes: Fred Crawford Prado (fred.crawford@transportes.gov.br)

Ministério das Cidades: Maria Carmen Germano Braga (maria.braga@cidades.gov.br)

Ministério da Integração Nacional: (ausência)

Ministério das Minas e Energia: Alexandre Jorge Tavares de Souza (alexandre.jorge@mme.gov.br)

Ministério da Saúde: João Marcelo Lopes Siqueira (joao.m.siqueira@funasa.gov.br)

Conselhos Estaduais MG/ES: Marcelo Garcia M. Diniz (marcelo.diniz@igam.mg.gov.br)

Conselhos Estaduais SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)

Conselhos Estaduais PR/MT: (ausência)

Conselhos Estaduais CE/BA: (ausência)

Conselhos Estaduais RN/AL: Paulo Bezerra Fernandes (paulo@bcrn.gov.br)

Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Greice Bastos Federmenn (greice@cemig.com.br)

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: (ausência)

Portuários e Hidroviários: Flávio Junqueira Vale (flavio@cnt.org.br)

Indústria: Reginaldo Gomes da Silva (rgomes@ambigeo.com.br)

Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Augusto de Araújo Almeida Netto (augusto@meiaponte.org)

CONVIDADOS:

Alexandre Trajano de Arruda – DNPM – (alexandre@dnpm.gov.br)

Dário Moraes de Almeida – DNPM – (dario.almeida@dnpm.gov.br)

Gislene Maria S. Nogueira – SEMARH – (gis_nog@hotmail.com)

José Cupertino Tenório Netto – ABINAM – (jc-tenorio@uol.com.br)

Leonardo Mitre Alvim de Castro – ANA – (mitre@ana.gov.br)

Maria de Lourdes Pereira dos Santos – CVRD – (maria.lourdes.santos@cverd.com.br)

Rosa Mariette Oliveira Geissler – IPAAM – (geissler@ipaam.br)

RELATORIA:

Raquel Scalia Alves Ferreira (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 10:15h do dia 27 de maio do ano de dois mil e quatro, sob a presidência da Sra. Leila de Carvalho Gomes (CERH/SP), procedeu-se à abertura da 34ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A Presidente cumprimentou a todos e passou diretamente ao Item II da pauta. **Item II** – Aprovação da Ata da 33ª Reunião. A Ata recebeu diversas sugestões modificativas, assim foi acordada nova apreciação na 35ª reunião da CTPOAR. **Item III** – Apresentação, por parte do Sr. Gerônimo Albuquerque Rocha, Geólogo do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo – DAEE, sobre “Diretrizes e procedimentos para a definição de áreas de controle e restrição das águas subterrâneas no âmbito do Estado de São Paulo”. O Sr.

Gerôncio iniciou sua palestra apresentando a proposta de deliberação que está sendo elaborada sobre o tema, impulsionada pela dimensão e importância de utilização da água subterrânea para abastecimento público, no estado de São Paulo. Destacou que o objetivo da resolução é propor, de forma integrada, a delimitação das áreas de restrição e controle do uso das águas subterrâneas, que serão aquelas onde exista a necessidade de se disciplinar as atividades que venham a causar alterações ou efeitos negativos sobre a quantidade ou qualidade das águas subterrâneas. Falou da exploração descontrolada que também é decorrência da reduzida capacidade de fiscalização e da dificuldade em obter informações das empresas perfuradoras devido à disputa de mercado. Destacou que a deliberação, que aguarda a publicação estaria fundamentada em dois fatos: a super exploração e a poluição das águas; que a intenção seria de reunir os órgãos públicos envolvidos no assunto, dos setores da Saúde, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e que o fato foi possibilitado pelas Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas e a de Uso Múltiplo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo. Esclareceu que a declaração de áreas de restrição e controle será submetida à aprovação dos Comitês das Bacias em que estiverem situadas, e que as restrições de uso nesse local deverão respeitar as prioridades definidas nos Planos de Bacia ou no Plano Estadual de Recursos Hídricos. Finalizou ressaltando a necessidade de elaboração de estudos detalhados que possibilitem a análise por parte do Comitê. Encerrada a palestra, cujas transparências estão no **Anexo I** (Água_subterrânea_DAE), o Sr. Fred (MT) referindo-se ao inciso I, art. 14, da proposta de deliberação, considerando o princípio da racionalidade, sugeriu seu aperfeiçoamento no sentido de não proibir mas sim restringir o uso de forma seletiva. O Sr. Roberto (SRH/MMA) parabenizou o DAE, na pessoa do Sr. Gerôncio, pela metodologia a ser utilizada com a minuta de resolução, que visa também a gestão integrada entre as águas subterrâneas e superficiais. Finalizados os comentários, a Sra. Leila (CERH/SP) encaminhou para o **Item IV** da pauta – Relato, pela Sra. Célia Poeta, sobre o andamento dos trabalhos do GT Integração dos Procedimentos de Outorga de Direito de Recursos Hídricos e de Licenciamento Ambiental. Com a ausência da Sra. Célia Poeta (SMA), coordenadora do grupo, a palavra foi passada para o Sr. Leonardo (ANA), relator do GT Integração. O Sr. Leonardo (ANA) iniciou seu relato destacando a participação dos Estados, sendo estes PR, MG, SP, TO, RO, RN, AM, RS, MT, PE e DF, o que permitiu que a reunião fosse bastante proveitosa e interessante. Informou que para melhor aproveitar a presença dos Estados, foi acordado que os representantes, ali presentes, fizessem um breve relato sobre os procedimentos de outorga de direito de uso de recursos hídricos e licenciamento ambiental adotados. Após a apresentação de todos os Estados foi realizada uma leitura conjunta da versão 03 da proposta de resolução, que trata do assunto, a qual estava sendo apreciada em um GT do CONAMA, cujas atividades encontram-se paralisadas. Destacou que o objetivo do grupo será adequar um texto de proposta de resolução que estabeleça os procedimentos de integração do licenciamento ambiental e da outorga de recursos hídricos, a partir das realidades existentes nos Estados. Como encaminhamento, o grupo solicitou que o relator elaborasse uma primeira versão para a proposta de resolução, que tentasse compatibilizar a realidade dos Estados e, no momento oportuno, disponibiliza-la, via e-mail, para ser discutida na próxima reunião do GT, prevista para o dia 21/06/2004. Ainda ressaltou que a intenção será de discutir procedimentos e não detalhes de trâmites internos e ainda tentar forçar o contato entre os órgãos gestores de meio ambiente e recursos hídricos estaduais e da União. O Sr. Roberto (SRH/MMA) atentou para a necessidade da compatibilização entre as outorgas e os planos de bacia. Continuou dizendo que a apresentação dos Estados possibilitou a visualização de cenários reais e destacou a boa presença destes. Encerrados os comentários sobre o assunto, os membros da CTPOAR solicitaram que todos os documentos a serem discutidos no GT também fossem disponibilizados para todos da CTPOAR, bem como as convocações. Sugeriram também que os convites para a participação fossem novamente repassados para todos os órgãos gestores de meio ambiente e recursos hídricos, com o intuito de ampliar ainda mais a participação dos Estados. Com o indicativo de data do GT sendo para o dia 21/06, a Sra. Leila (CERH/SP) consultou os membros da CTPOAR com relação a data da próxima reunião, ficando acordada a data do dia 22/06 para a 35ª Reunião da CTPOAR. Complementando, a Sra.

Leila (CERH/SP) comentou sobre a dificuldade de se uniformizar a nomenclatura de documento e etapas dos procedimentos de outorga de direito de uso de recursos hídricos; agradeceu o Sr. Leonardo (ANA) e encaminhou para o **Item VI** da pauta – Assuntos Gerais, ficando o Item 5 para discussão após o intervalo do almoço. Nesse momento, a Sra. Leila (CERH) lembrou aos membros da CTPOAR sobre o Ofício nº 17/2004, encaminhado pela CTAP, que trata do licenciamento ambiental em áreas indígenas. Para rememorar e justificar o encaminhamento, o Sr. César (SRH), fez um breve relato sobre o assunto e como o mesmo foi encaminhado a CTAP. Após o relato, a Sra. Leila (CERH/SP) questionou sobre a pertinência do assunto junto às competências da CTPOAR. O Sr. Roberto (SRH) opinou que não haveria relação entre o assunto e as competências da CTPOAR. O Sr. Fred (MT) informou que participou da reunião da CTAP, cujo assunto foi abordado a partir da apresentação do empreendimento hidrelétrico Serra Quebrada, no rio Tocantins. Relatou sobre problemas dessa natureza que o Ministério dos Transportes também tem vivenciado, como o da Hidrovia Tapajós. Disse que, para embasar o Congresso Nacional, que pela Constituição Federal é o responsável pela autorização de uso e aproveitamento de recursos hídricos e pesquisas nas áreas indígenas, alguns estudos se fazem necessários. Comentou sobre a repercussão nas reservas indígenas, relativo a área a ser alagada por este empreendimento. Disse também que a utilização dos rios não poderia estar engessada pelos aspectos legais referentes às reservas indígenas, quando os mesmos somente passarem por essas áreas. Apontou que, para entrar em áreas indígenas, deveria haver somente a autorização da Funai. Questionou sobre a instituição que deveria provocar o Congresso Nacional com o pedido de utilização dos recursos hídricos nessas áreas. Concluiu dizendo da necessidade de se apresentar ao Congresso Nacional um estudo abrangente da bacia em questão por ser de interesse nacional. O Sr. Roberto (SRH/MMA) e a Sra. Leila (CERH/SP) destacaram a necessidade de planejamento e avaliação estratégica dos empreendimentos de uma bacia a partir da visão dos órgãos gestores envolvidos. O Sr. Marco Antônio (ANA) disse não acreditar que a CTPOAR seja o fórum adequado para esse tipo de discussão. A Sra. Leila (CERH/SP), tentando distinguir as dificuldades de acesso às áreas indígenas, agrupou-as em dois questionamentos, sendo: 1 – Seria a Funai a responsável pela autorização de entrada na área indígena para os estudos? 2 – Quem seria responsável pelo estudo? O empreendedor? Procurando substanciar os debates, a Sra. Leila (CERH/SP) fez a leitura do art. 231 da Constituição Federal. O Sr. Fred (MT), com o uso da palavra, comentou sobre a necessidade de regulamentação do art. 231, e que o CNRH poderia provocar o Congresso Nacional, que deveria se pautar pela ótica de que o uso coletivo não poderia sobrepor o uso individual. A Sra. Maria de Lourdes (CVRD) comentou sobre a dificuldade de interpretação uma vez que, conforme a Constituição Federal, são dois os domínios para as águas, o federal e o estadual, o que conflita com o domínio das terras indígenas. A Sra. Leila (CERH/SP) disse que a questão não seria de dominialidade e sim de restrição, já que essas áreas teriam tratamento diferenciado. O Sr. Alexandre (MME) disse que não competiria a CTPOAR fazer o encaminhamento do assunto. O Sr. Roberto (SRH/MMA) concordou e opinou que, na ânsia de se tentar resolver, estaria sendo tratado de um assunto que os membros da CTPOAR não possuem competência e conhecimento. O Sr. Leonardo (ANA) comentou sobre a convergência do assunto e sugeriu que o seu encaminhamento fosse realizado pela CTIL ou CNRH, o que foi apoiado pelo Sr. Augusto (Comitês). Já o Sr. José Cupertino (ABINAM) sugeriu que o mesmo fosse encaminhado para a CONJUR/MMA. A Sra. Leila (CERH/SP) comentou parecer o assunto muito mais de caráter legal do que técnico, e assim o Sr. Augusto (Comitês) sugeriu que o assunto fosse devolvido à CTAP, com a sugestão de encaminhá-lo para a CONJUR, o que foi acatado por todos. O intervalo para o almoço estendeu-se das 12:50 às 14:45h. Reiniciada a reunião a Sra. Leila (CERH/SP) passou aos debates sobre o **Item V** – Discussão sobre o escopo do Plano de Utilização da Água definido no inciso XIV, art. 1º da Resolução CNRH nº 29 - solicitando a apresentação da proposta de resolução. Respondendo à solicitação, o Sr. Dário (DNPM) informou que o documento a ser distribuído aos membros da CTPOAR foi baseado no Estudo de Viabilidade de Implantação - EVI e nas definições trazidas na Resolução CNRH nº 29 (**Anexo II** – Itens_Planos de Utilização da Água). A Sra. Leila (CERH/SP) comentou sobre a proposta

de resolução enviada pela Sra. Patrícia Boson, do segmento indústria, e questionou os membros da CTPOAR quanto à metodologia a ser adotada para a análise dos dois documentos (**Anexo III – Proposta_Plano de Utilização da Água_Indústria**). Aproveitou para fazer um breve histórico sobre o tema e a necessidade de regulamentação que detalhe a elaboração e a aplicação do Plano de Utilização da Água. Falou também da criação do GT para discussão do assunto e sua posterior integração à Câmara Técnica, consequência do reduzido quorum de participantes. O Sr. Dário (DNPM) lembrou que ainda no GT houve consenso da necessidade de se classificar os empreendimentos de acordo com seu porte. A Sra. Raquel (SRH) lembrou que na última reunião da CTPOAR ficou acordado que a classificação ocorreria a partir da mensuração dos impactos desses empreendimentos junto aos recursos hídricos. A Sra. Maria de Lourdes (CVRD) então questionou sobre como apresentar, no documento a ser elaborado, o mínimo de elementos necessários para um Plano de Utilização da Água, considerando que este mínimo, ou básico, seria para todos os empreendimentos, e quais seriam os elementos a serem acrescentados para os empreendimentos de maior impacto. A Sra. Leila (CERH/SP) apontou para o cuidado que se deve ter com o super detalhamento, pois esse seria uma incumbência dos Estados e que a CT não possui função de impor rotinas aos Estados e sim apresentar rumos. Continuando seus questionamentos, a Sra. Maria de Lourdes (CVRD) colocou a necessidade de se observar as peculiaridades dos Estados, no que tange às atividades minerárias, para que o documento em elaboração tenha a devida efetividade na sua aplicação. Encerrada essa discussão a Sra. Leila (CERH/SP) apresentou suas preocupações quanto à disponibilização de uma proposta de resolução enviada pela Sra. Patrícia Boson, que ocorreu por e-mail, juntamente com uma cobrança quanto à apreciação do referido documento, em que pese que os membros ali presentes não se lembravam da apresentação do documento em reuniões anteriores, assim como o Sr. Dário, Coordenador do Grupo. Para avançar na análise dos documentos, a Sra. Leila (CERH/SP) sugeriu sua leitura. Finalizada a leitura, o Sr. Marcelo (CERH/MG) comentou que, da forma como estava o documento disponibilizado pela Sra. Patrícia, não haveria como alcançar a conclusão do mesmo, devido à riqueza de detalhes necessários para a classificação. O comentário foi acatado pela maioria dos membros da CTPOAR, passando assim à análise mais aprofundada do documento entregue pelo Sr. Dário (DNPM). A Sra. Maria de Lourdes (CVRD) sugeriu, baseado no fato do documento ser norteador, que fossem apresentados os elementos que possibilitem assim a caracterização do balanço hídrico, ou seja, basicamente da captação e uso/consumo de água e lançamento de efluentes nas atividades de mineração, bem como o monitoramento da qualidade e quantidade. A Sra. Leila (CERH/SP) aproveitou para destacar a importância do plano de utilização no âmbito do planejamento da empresa e do órgão gestor, possibilitando a reserva de uma vazão, quando da sua ampliação. A Sra. Maria de Lourdes (CVRD) completou dizendo da perspectiva de otimização da análise das atividades, com benefícios tanto para o empreendedor como para os órgãos ambientais, quando da entrega desse documento, pois o mesmo reunirá um conjunto de dados e informações que auxiliam na gestão dos recursos hídricos. Continuou questionando sobre as medidas mitigadoras a serem apresentadas no Plano de Utilização da Água e sua direta relação com o monitoramento. O Sr. Leonardo (ANA) apresentou suas dúvidas referentes a classificação dos empreendimentos e disse que considera complicado a diferenciação de empreendimentos por portes, o que deveria ocorrer conforme as peculiaridades dos Estados. Com isso, sugeriu que a classificação fosse remetida aos Estados. Já o Sr. Dário (DNPM) ponderou sobre a necessidade de se disciplinar parâmetros mínimos, por acreditar que pode se tornar uma classificação muita ampla. Retomando a palavra, o Sr. Leonardo (ANA) sugeriu que no documento fosse somente definido o mínimo dos parâmetros a serem solicitados, e os Estados classificariam os empreendimentos em seus regulamentos. A Sra. Maria de Lourdes (CVRD), lembrou que o desenvolvimento dos estudos para o Plano de Utilização da Água dependerá da classificação dos empreendimentos por porte. Continuando, sugeriu um exercício a partir da análise de todos os itens que comporiam o Plano de Utilização da Água, conforme documento apresentado pelo Sr. Dário (DNPM), para então verificar a pertinência dos itens e quais os que seriam solicitados como mínimo necessário. Após a

análise e discussão de todos os itens, a Sra. Maria de Lourdes (CVRD) disse que todos eles, devido a sua importância, seriam necessários para compor o “mínimo” de um Plano de Utilização da Água. Sugeriu ainda a correção do item 05, alterando para Estudo Hidrológico e não Levantamento Hidrológico. Comentou que, conforme já ocorre na legislação ambiental, o órgão estadual a classificação dos empreendimentos pelo seu porte, e esta classificação implicará na exigência, ou não, de requisitos complementares para a composição do Plano de Utilização da Água. O Sr. Fred (MT) ponderou sobre a qualidade da água, que deve atender os preceitos da Resolução CONAMA nº 20, mas não atende a qualidade dos recursos hídricos no que diz respeito a outros parâmetros. Assim demonstrou sua preocupação quanto aos materiais inertes (areia, etc.) que se lançados pela mineração podem não alterar a qualidade da água, mas o uso da mesma para outros fins como, por exemplo, a navegação. Concluiu sugerindo que o monitoramento para sedimentos fosse realizado nos efluentes minerários o que complementaria o exigido na Resolução CONAMA nº 20. Assim haveria controle da morfologia fluvial e preveniria o prejuízo que outros usos do recurso hídrico poderiam ter em face da atividade minerária. O Sr. Roberto (SRH/MMA) opinou sobre as expressões utilizadas para a definição da classificação dos portes. Também se mostrou favorável a resoluções específicas que explicitam as peculiaridades, desde que se tenha o cuidado para não se repetir o que já está definido. A Sra. Leila (CERH/SP) sugeriu a elaboração de uma proposta de resolução que contemplasse os itens de um Plano de Utilização de Água, conforme apresentado pelo Sr. Dário (DNPM). Ratificando, o Sr. Dário (DNPM) solicitou a colaboração de todos e que apresentassem propostas para a composição do documento para a próxima reunião. A Sra. Maria de Lourdes (CVRD) sugeriu a existência de um item de resolução que tratasse do plano de fechamento, importante quando do encerramento das atividades minerárias do empreendimento, já que este é um item já solicitado em função das normas ambientais e do DNPM. As Sra. Leila (CERH/SP) e Maria de Lourdes (CVRD) reiteraram a intenção de que a proposta de resolução resultasse em simplificação para o empreendedor. A Sra. Leila (CERH/SP), após a discussão, esclareceu o acordado: uma proposta de resolução definiria um Plano de Utilização de Água “básico”, e que existiria a abertura para outras exigências eventualmente necessárias, a serem definidas conforme o impacto gerado pelo empreendimento. Ainda comentou que os estudos hidrológicos, deveriam ser elaborados pelo órgão competente do Estado, para os considerados empreendimentos de pequeno porte. Lembrou do cuidado em se definir insignificante, pois essa definição seria relativa. O Sr. Dário (DNPM) e o Sr. Leonardo (ANA) sugeriram a execução do seguinte exercício: que todos os membros da CTPOAR lembrassem de itens de estudos necessários para a composição do Plano de Utilização da Água para empreendimentos considerados de grande porte. Complementando o exercício, a Sra. Leila (CERH/SP) sugeriu que todos pensassem em nomes para a definição das classes dos empreendimentos, bem como para as classificações. O Sr. Dário (DNPM) também sugeriu que no documento em elaboração fossem apresentados no mínimo dois cenários de classificações para facilitar a comparação e a conclusão final. A Sra. Maria de Lourdes (CVRD) lembrou a todos do seu entendimento sobre a existência de duas definições para o Plano de Utilização da Água na Resolução CNRH nº 29, respectivamente nos seus Art. 1º, item XIV, e Art. 4º, o que pode confundir o empreendedor. A Sra. Leila (CERH/SP) encerrou os trabalhos da 34ª Reunião da CTPOAR às 17:25h agradecendo a presença de todos e ratificando a data do dia 22/06/2004 para a próxima reunião da CTPOAR e 21/06/2004 para a 2ª Reunião do GT Integração dos Procedimentos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos e Licenciamento Ambiental.

Ata aprovada na 35ª reunião, realizada em 22 de junho de 2004.

LEILA DE CARVALHO GOMES
Presidente

RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA
Relatora